



Diário Oficial de Bauru

ANO XXII - Edição 2.798 www.bauru.sp.gov.br

QUINTA, 02 DE MARÇO DE 2017

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PODER EXECUTIVO

Clodoaldo Armando Gazzetta
Prefeito Municipal

Seção I Gabinete do Prefeito

Maria José Majô Jandreice
Chefe de Gabinete

EXTRATOS

CONTRATO Nº 8.252/17 – PROCESSO Nº 10.386/17 – CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BAURU - **CONTRATADA:** EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU – EMDURB - **OBJETO:** A CONTRATADA, por força do presente instrumento, obriga-se à PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de coleta, transporte e destinação para tratamento e disposição final de percolados (chorume) gerados no aterro sanitário de Bauru-SP – **VALOR TOTAL:** R\$ 1.000.000,00 – **MODALIDADE:** Dispensa de Licitação com Base no Art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 – **PRAZO:** 06 meses - **ASSINATURA:** 24/02/17 de acordo com o parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

Seção II Secretarias Municipais

Secretaria da Administração

David José Françaço
Secretário

DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL - DIVISÃO DE APOIO AO SERVIDOR

RECADASTRAMENTO DO BENEFÍCIO

AJUDA DE CUSTO PARA FILHOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Comunicamos que os servidores ativos, aposentados, pensionistas e representantes legais que recebem o benefício “AJUDA DE CUSTO PARA FILHOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA”, devem efetuar o Recadastramento, no Período de 09 de Janeiro à 31 de Março de 2017.

Documentos para Recadastramento:

Servidores Ativos, Aposentados, Pensionistas e Representantes Legais- Estatutários:

- 1- Atestado médico recente que comprove a deficiência permanente e definitiva, com CID (código internacional de saúde).
- 2- Declaração do INSS, informando que o portador de deficiência não recebe nenhum benefício assistencial por este órgão.
- 3- Declaração da Funprev, constando que o filho(a) encontra-se cadastrado como portador de deficiência.
- 4- RG e CPF do dependente (se possuir).
- 5- Documentos Pessoais e Comprovante de Residência do Servidor.

Obs: Para solicitar a Declaração na Funprev, o responsável deve comparecer à FUNPREV, no período manhã, munido do atestado médico recente e a declaração negativa de benefício assistencial do INSS.

Servidores Ativos, Aposentados, Pensionistas e Representantes Legais- Celetistas:

- 1- Atestado médico recente que comprove a deficiência permanente e definitiva, com CID (código internacional de saúde).
- 2- Declaração do INSS, informando que o portador de deficiência não recebe nenhum benefício assistencial por este órgão.
- 3- RG e CPF do dependente (se possuir).
- 4- Documentos Pessoais e Comprovante de Residência do Servidor.

Após obter toda a documentação supra mencionada o responsável deverá: AGENDAR HORÁRIO NA SEÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL, PARA TRAZER OS DOCUMENTOS- FONE:3227-5650, Rua **Marcondes Salgado**, nº 2-45. Horário de Atendimento: 8h às 11h e das 13h às 16h.

Salientamos que o RECADASTRAMENTO deverá ser efetuado de acordo com a Lei nº 5227/04 e Decreto nº 9928/04, e o não comparecimento acarretará a SUSPENSÃO do pagamento do benefício a partir de abril de 2017.

Informamos ainda que os servidores contemplados são também comunicados quanto ao Recadastramento mediante correspondência.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONVOCAÇÃO/NOMEAÇÃO: Os (as) candidatos (as) relacionados (as) abaixo deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos, situado na Praça das Cerejeiras 1-59, Vila Noemi, 2º Andar, no dia e horário indicado, com os documentos (ORIGINAIS) relacionados no ANEXO I.

A Diretora de Departamento de Administração de Pessoal, em conformidade com o disposto no decreto municipal 6664 de 22 de julho de 1993 e, considerando cumpridas todas as medidas que a legislação impõe, expede.

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 437/2017: Fica nomeado(a), para prover o cargo efetivo de **ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO ADJUNTO - PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL - 1º AO 5º ANO**, no quadro de servidores desta Prefeitura, **Diário Oficial nº 2798** após o cumprimento das exigências legais, num prazo não superior a 30 dias, a contar desta publicação, o(a) Sr(a) **CRISTIANE REGINA XAVIER FONSECA JANES**, portador(a) do RG nº **198531606**, em virtude do(a) mesmo (a) haver se classificado em **14º** lugar, no concurso público para **ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO ADJUNTO - PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL - 1º AO 5º ANO**, edital nº **03/2016** para exercer as funções do cargo.
COMPARECER EM 02/03/2017 ÀS 08h.

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 438/2017: Fica nomeado(a), para prover o cargo efetivo de **AGENTE EDUCACIONAL - CUIDADOR DE CRIANÇAS, JOVENS, ADULTOS E IDOSOS**, no quadro de servidores desta Prefeitura, **Diário Oficial nº 2798** após o cumprimento das exigências legais, num prazo não superior a 30 dias, a contar desta publicação, o(a) Sr(a) **FABIANA RODRIGUES ROSA**, portador(a) do RG nº **352767145**, em virtude do(a) mesmo (a) haver se classificado em **28º** lugar, no concurso público para **AGENTE EDUCACIONAL - CUIDADOR DE CRIANÇAS, JOVENS, ADULTOS E IDOSOS**, edital nº **04/2014** para exercer as funções do cargo.
COMPARECER EM 02/03/2017 ÀS 09h.

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 439/2017: Fica nomeado(a), para prover o cargo efetivo de **ASSISTENTE DE SERVIÇOS NA ESCOLA - SERVENTE DE ESCOLA**, no quadro de servidores desta Prefeitura, **Diário Oficial nº 2798** após o cumprimento das exigências legais, num prazo não superior a 30 dias, a contar desta publicação, o(a) Sr(a) **DANIELE ISTILE SIMEÃO MACHADO**, portador(a) do RG nº **489442602**, em virtude do(a) mesmo (a) haver se classificado em **44º** lugar, no concurso público para **ASSISTENTE DE SERVIÇOS NA ESCOLA - SERVENTE DE ESCOLA**, edital nº **17/2015** para exercer as funções do cargo.
COMPARECER EM 02/03/2017 ÀS 10h.

ANEXO I (ORIGINAIS)

1. RG e CPF (com nome atualizado);
2. Certidão de nascimento atualizada (caso não esteja legível) ou de casamento;
3. Uma foto 3x4 atual;
4. Título de eleitor (com estado civil atualizado) e comprovantes da última votação (2016) ou Certidão da Justiça Eleitoral que comprove que está **QUITE** (<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidos/certidao-de-quitacao-eleitoral>);
5. CTPS (Carteira de Trabalho - com nome atualizado);
6. Comprovante de Situação Cadastral do CPF (com nome atualizado) (<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSI/ATCTA/CPF/ConsultaPublica.asp>);
7. Comprovante de endereço atual;
8. Cartão ou Extrato do PIS/PASEP, com Estado Civil atualizado e verificar junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou BANCO DO BRASIL, se existe o cadastro em mais de 01 (um) número de PIS ou PASEP, caso exista dois números deverá solicitar a regularização para um único número. É importante que todos os dados cadastrais do candidato estejam atualizados junto ao órgão responsável do PIS (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL) ou PASEP (BANCO DO BRASIL), antes da emissão e apresentação do documento junto ao Recursos Humanos desta Prefeitura, para evitar problemas futuros;
9. Comprovação de regularidade com o serviço militar (Reservista e/ou equivalente);
10. Atestado de antecedentes criminais (www.ssp.sp.gov.br);
11. Certidão de nascimento de filhos até 21 anos;
12. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;
13. **PRÉ-REQUISITO EXIGIDO NO EDITAL DO CONCURSO. (Diplomas e/ou certificados);**
14. Registro e declaração ou certidão negativa de débitos para os cargos que possuem registros em seus respectivos conselhos;
15. Declaração de horário e local de trabalho para os cargos que por Lei cabem acumulação (para fins de análise do acúmulo e/ou compatibilidade de horários).

ESTAGIÁRIOS

TORNA SEM FEITO

A Diretora de Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, resolve nesta data **Tornar Sem Feito** a convocação vinculada no **Diário Oficial nº 2793**, do(a) Sr(a) **ROSA MORENA DA SILVA RIBEIRO**, portador(a) do **RG 33.808.178-1**, classificado(a) em 2º lugar no Processo Seletivo (**Edital nº 01/2016**), realizado para credenciamento de **ESTAGIÁRIOS** na área de “**ADMINISTRAÇÃO**”, em virtude de **DESISTÊNCIA EXPRESSA**.

CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO: Em virtude de **DESISTÊNCIA EXPRESSA** do(a) 2º classificado(a), fica convocado(a), para prover a função de **ESTAGIÁRIO** na área de **ADMINISTRAÇÃO**, na Prefeitura Municipal de Bauru, o(a) Sr(a) **JOÃO VITOR DORA GONÇALVES** portador(a) do **RG 50.422.389-6**, classificado(a) em 3º lugar, no Processo Seletivo para credenciamento de estagiário na área de **ADMINISTRAÇÃO**, edital nº **01/2016**. Este(a) deve comparecer ao **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE**, localizado na Rua Virgílio Malta, nº 10-5, Centro, Bauru/SP, CEP: 17015-220, num prazo não superior a 10 dias, a contar desta publicação. O não comparecimento no local e prazo estipulados acarretará a sua desistência.

ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA

PALESTRA: “VALORES PESSOAIS, AFINAL O QUE É IMPORTANTE PARA MIM?”

Ementa: Valores ao longo da história da sociedade, consumo e valores, ética, hierarquização e priorização de valores para uma vida saudável.

Os valores pessoais refletem os desejos, as necessidades e as coisas mais importantes na vida de cada pessoa.

Faz-se necessário que cada um descubra seus valores internamente e saiba como utilizá-los para alcançar seus objetivos e o sucesso pessoal e profissional.

As inscrições estarão abertas a todos os servidores da Prefeitura Municipal de Bauru e poderão aproveitar o certificado para fins de Progressão por Qualificação Profissional os servidores lotados nos cargos enquadrados na Lei 5975/10.

Data e horário: 06/03/2017 – 14h

Carga horária: 03 horas

(DPAC), com a Sra. Tatiane, de segunda à sexta feira, desde a publicação deste edital até as 17:00 do dia 17/03/2017, através de impresso próprio a ser retirado na referida secretaria.

-Documento necessário para a inscrição: Cópia xerox do CRM.

-Da votação:

- Será considerado período eleitoral desde as 07:00 h do dia 04/04/2017 até 23:59 h do dia 05/04/2017, de modo a contemplar a maioria dos horários de trabalho dos servidores votantes..

- A votação é obrigatória, passível de justificativa por escrito na ausência do candidato.

- Haverá urnas de votação disponíveis durante todo o período eleitoral em todos os postos de trabalho, bem como listas de presença que deverão ser assinadas.

-As urnas lacradas ficarão aos cuidados da chefia mais outro membro escolhido e nomeado por esta chefia em cada posto de trabalho.

- O servidor que estiver em mais de um posto de trabalho deverá votar uma só vez e comunicar verbalmente a sua ausência à chefia no posto em que não votar.

- Durante o período da manhã do dia 06/04/2017 serão encaminhadas pelo transporte da prefeitura as urnas lacradas até o DPAC.

- A chegada e inviolabilidade das urnas será supervisionada pela Comissão Eleitoral.

-A Apuração será no dia 06/04/2017, npós as 14:00, no DPAC, feita pela Comissão Eleitoral e aberta a quem interessar. Após apuração será feita imediata comunicação para homologação pelo CREMESP local.

A gestão desta Comissão eleita terá validade até 18/10/2018.

As novas eleições ocorrerão a cada dois anos em anos pares sendo cada gestão com validade de 24 meses.

Comissão eleitoral:

Dra. Adélia Ferraz Daher Miranda

Dra. Renata Massoti.

Bauru, 01/03/2017.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA CLÍNICA DO DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BAURU.

Pelo presente edital, segundo as Resoluções CFM **1342/91** e **1481/97** e CREMESP **134/06** e **184/08**, ficam os médicos do corpo clínico do Departamento de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde de Bauru convocados a comparecerem no período de 04/04/2017 à 05/04/2017 a fim de proceder a votação de forma direta para a Eleição do Diretor Clínico deste mesmo departamento.

Os interessados a candidatarem-se para a referida Comissão deverão apresentar inscrição das chapas junto à Comissão Eleitoral até às 17:00 do dia 17/03/2017.

- Da candidatura:

-A inscrição se dará por chapas, cada uma contendo dois membros especificados como Diretor Clínico e Vice Diretor.

-Poderão candidatar-se e votar qualquer médico concursado pela Secretaria Municipal de Saúde e que faça parte do corpo clínico do Departamento de Urgência e Emergência desta mesma secretaria.

-O candidato deverá estar quite com as suas obrigações junto ao CREMESP.

Das Inscrições:

-As inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Saúde, no Departamento de Planejamento, Avaliação e Controle (DPAC), com a Sra. Tatiane, de segunda à sexta feira, desde a publicação deste edital até as 17:00 do dia 17/03/2017, através de impresso próprio a ser retirado na referida secretaria.

-Documento necessário para a inscrição: Cópia xerox do CRM.

-Da votação:

- Será considerado período eleitoral desde as 07:00 h do dia 04/04/2017 até 23:59 h do dia 05/04/2017, de modo a contemplar a maioria dos horários de trabalho dos servidores votantes.

- A votação é obrigatória, passível de justificativa por escrito na ausência do candidato.

- Haverá urnas de votação disponíveis durante todo o período eleitoral em todos os postos de trabalho do Departamento de Urgência e Emergência que tenham servidores habilitados a votar e serem votados segundo resolução já citada, bem como listas de presença que deverão ser assinadas.

-As urnas lacradas ficarão aos cuidados da chefia mais outro membro escolhido e nomeado por esta mesma chefia em cada posto de trabalho.

- O servidor que estiver em mais de um posto de trabalho deverá votar uma só vez e comunicar verbalmente a sua ausência à chefia no posto em que não votar.

- Durante o período da manhã do dia 06/04/2017 serão encaminhadas pelo transporte da prefeitura as urnas lacradas até o DPAC.

- A chegada e inviolabilidade das urnas será supervisionada pela Comissão Eleitoral.

-A Apuração será no dia 06/04/2017, após as 14:00, no DPAC, feita pela Comissão Eleitoral e aberta a quem interessar. Após apuração será feita imediata comunicação para homologação pelo CREMESP local.

A gestão desta Comissão eleita terá validade até 18/10/2018.

As novas eleições ocorrerão a cada dois anos em anos pares sendo inicialmente cada gestão com validade de 24 meses, ou nova data segundo novo critério da Diretoria Clínica e Regimento Interno.

Comissão eleitoral:

Dra. Adélia Ferraz Daher Miranda

Dra. Renata Massoti.

Bauru, 01/03/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2017 - PROCESSO Nº 50.893/2016 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BAURU – CONTRATADA: D. B. M. GOMES - ME - Interessada: Secretarias Municipais de Administração, de Cultura, de Desenvolvimento Econômico, de Educação, de Finanças, de Negócios Jurídicos, de Bem Estar Social, de Administrações Regionais, de Meio Ambiente, de Obras, de Planejamento, de Agricultura e Abastecimento, de Esportes e Lazer e o 12º Grupamento de Bombeiros, cujas especificações estão indicadas no anexo I do Processo Administrativo n.º 50.893/2016, mediante emissão de Notas de Empenho e conforme termos de sua proposta devidamente anexada ao processo administrativo e preços abaixo consignados:

LOTE 01 - GALÕES DE ÁGUA MINERAL NATURAL - COTA RESERVADA					
ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA / PROCEDÊNCIA	QTD. EST. ANUAL	VALOR UNITÁRIO
01	GALÃO	ÁGUA MINERAL NATURAL (GALÃO DE 20 LITROS)	CRISTALINS NACIONAL	3.419	R\$ 6,75

LOTE 02 - GALÕES DE ÁGUA MINERAL NATURAL – COTA PRINCIPAL					
ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA / PROCEDÊNCIA	QTD. EST. ANUAL	VALOR UNITÁRIO
01	GALÃO	ÁGUA MINERAL NATURAL (GALÃO DE 20 LITROS)	CRISTALINS NACIONAL	10.259	R\$ 6,75

PRAZO: 01 ano — **MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 375/2016 – **ASSINATURA:** 22/02/2017 – **VALIDADE:** 21/02/2018.

Seção IV

Autarquias e Empresa

Pública

DAE

Departamento de Água e Esgoto

Eric Édir Fabris

Presidente

PUBLICAÇÃO PARA OS FINS DA
LEI FEDERAL Nº 8666/93

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU/SP

Informações

Serviço de Compras do DAE, Rua Padre João, nº 11-25, Vila Santa Tereza, CEP: 17.012-020, Bauru/SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas e fones: (14) 3235-6146 ou (14) (14) 3235-6172 ou (14) 3235-6168. Os editais do DAE estarão disponíveis através de download gratuito no site www.daebauru.sp.gov.br. Os editais de Pregão Eletrônico também poderão ser acessados através do site www.licitacoes-e.com.br, onde se realizarão as sessões de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Processo Administrativo nº 6.770/2016 - DAE
Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços nº 011/2017 - DAE
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de T de serviço integrado autotravado articulado para ligações prediais, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.
Data de recebimento das propostas: até 16/03/2017, às 08:30 horas.
Abertura da Sessão: 16/03/2017, às 08:30 horas.
Início da Disputa de Preços: 16/03/2017, às 09:00 horas.
Pregoeiro Titular: Renan Sampaio Oliveira
Pregoeiro Substituto: Daniele Pompilio Moreno Vialôgo
Processo Administrativo nº 4.229/2016 - DAE

Pregão Eletrônico nº 012/2017 - DAE
Objeto: Aquisição de T flangeado em ferro fundido dúctil, Curva 45º em ferro fundido dúctil flangeada, Tubo de ferro fundido dúctil com flange em várias dimensões, Tubo de ferro dúctil com flange em várias dimensões, Redução concêntrica em ferro dúctil flangeada em várias dimensões, Junta de desmontagem travada axialmente em várias dimensões, Válvula de alívio sustentadora flangeada, Válvula de gaveta em várias dimensões, Válvula de retenção fechamento rápido flangeada, Curva 90º em aço galvanizado flangeada em várias dimensões, Curva 90º em ferro fundido dúctil flangeada, Curva 90º em ferro fundido dúctil bolsa, Curva 90º em aço galvanizado flangeada em várias dimensões, Curva 22º30' em ferro fundido dúctil bolsa e Redução concêntrica em ferro dúctil ponta e bolsa, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.
Data de recebimento das propostas: até 17/03/2017, às 08:30 horas.
Abertura da Sessão: 17/03/2017, às 08:30 horas.
Início da Disputa de Preços: 17/03/2017, às 09:00 horas.
Pregoeiro Titular: Daniele Pompilio Moreno Vialôgo
Pregoeiro Substituto: Hilda Cardoso da Silva

EMDURB - Empresa Municipal de

Desenvolvimento Urbano e Rural

Elizeu Eclair Teixeira Borges

Presidente

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - ATIVO

ATIVO	RS centavos	RS centavos
	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	4.401.724,99	6.316.143,57
CIRCULANTE	4.401.724,99	6.316.143,57
DISPONIBILIDADES	343.855,16	937.714,13
CAIXA	17.976,00	9.221,65
FUNDO FIXO	480,00	480,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	319.173,72	75.327,93
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	6.225,44	852.684,55
CRÉDITOS	4.057.869,83	5.378.429,44
CONTAS A RECEBER - CLIENTES FUNERÁRIA E DIVERSOS	717.220,61	761.660,67
CONTAS A RECEBER - TAXA GERENC.	1.056.938,90	1.053.129,25
CONTAS A RECEBER - PREF MUNICIPAL BAURU	2.297.972,13	3.818.361,22
VALORES A RECUPERAR	309.248,77	329.950,80
ESTOQUES	690.773,92	460.729,79
CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS	435.499,39	427.600,53

DESPESAS ANTECIPADAS	19.149,39	19.975,46
ADIANTAMENTO A FORNCEDORES	24.045,00	0,00
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	-1.492.978,28	-1.492.978,28
NÃO CIRCULANTE	41.421.893,68	43.084.812,72
DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	5.749.559,77	6.402.603,46
DEPÓSITOS JUDICIAIS	341.135,44	342.410,32
CONTAS A RECEBER PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU	5.372.702,84	6.024.471,65
VALORES A RECUPERAR	35.721,49	35.721,49
IMOBILIZADO	35.655.319,55	36.656.862,06
BENS E DIREITOS EM USO	25.171.255,90	19.894.156,36
DEPRECIACÃO ACUMULADA	-11.325.328,21	-5.046.686,16
PROVISÃO PERDAS DESVALORIZAÇÃO DE BENS	-72.848,26	-72.848,26
TERRENOS	21.882.240,12	21.882.240,12
INTANGÍVEL	17.014,36	25.347,20
INTANGÍVEL	342.376,04	342.376,04
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-325.361,68	-317.028,84
TOTAL DO ATIVO	45.823.618,67	49.400.956,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - PASSIVO

	RS centavos	RS centavos
PASSIVO	2016	2015
PASSIVO CIRCULANTE	19.306.031,52	19.014.572,89
CIRCULANTE	19.306.031,52	19.014.572,89
FORNECEDORES	2.208.244,40	3.594.310,57
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	18.832,95	4.559,98
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.219.326,93	1.082.855,67
ENCARGOS SOCIAIS - PARCELAMENTO	2.404.592,75	1.887.942,72
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	21.557,31	44.611,30
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ RECEITAS	84.637,34	73.458,97
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PARCELAMENTOS	616.262,16	569.166,60
GRATIFICAÇÕES A PAGAR	11.448,80	10.251,88
CONTAS A PAGAR	1.731.423,72	1.762.432,66
PROVISÃO DE FÉRIAS	3.711.886,17	3.539.266,11
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	6.927.086,78	6.090.055,53
RECEITAS A APROPRIAR – PROC. PMB Nº 38.546/06 T. A. 638/2011	349.734,96	349.734,48
VALORES EM GARANTIA	997,25	5.926,42
NÃO CIRCULANTE	21.689.270,87	23.571.981,91
PARCELAMENTOS	18.169.086,13	19.702.478,56
VALORES EM GARANTIA	6.225,44	5.808,61
ECCB - PROC. Nº 2136/01	45.756,30	45.756,30
RECEITAS A APROPRIAR – PROC. PMB Nº 38.546/06 T. A. 638/2011	3.468.203,00	3.817.938,44
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.828.316,28	6.814.401,69
CAPITAL	21.956.801,02	19.946.807,64
CAPITAL ESTATUTÁRIO	21.956.801,02	19.946.807,64
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	23.940.753,53	24.658.578,57
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	23.940.753,53	24.658.578,57
PREJUÍZO ACUMULADO	-41.069.238,27	-37.790.984,52
PREJUÍZOS ACUMULADOS	-37.073.205,76	-33.510.797,02
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-3.996.032,51	-4.280.187,50
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-3.996.032,51	-4.280.187,50
TOTAL DO PASSIVO	45.823.618,67	49.400.956,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

	RS centavos	RS centavos
	2016	2015
RECEITA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	52.801.511,39	49.853.550,25
EXPEDIENTE	40.373,40	30.929,60
INTERDIÇÕES/DEMARCAÇÃO DE SOLO	4.190.278,54	4.097.277,31
ESTACIONAMENTO ROTATIVO	2.428.867,18	2.358.061,40
TRANSPORTE COLETIVO	2.423.720,11	2.297.131,76
TRANSPORTES ESPECIAIS	808.347,89	801.665,40
TERMINAL RODOVIÁRIO	2.641.079,96	2.354.166,48
COLETA	24.109.440,05	24.895.489,83
NECRÓPOLES	5.905.268,76	5.276.480,47
FUNERÁRIA	453.376,92	454.360,48
GERENCIAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO	9.016.559,26	7.229.003,52
RECEITAS AEROPORTUÁRIAS	784.199,32	58.984,00
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	52.801.511,39	49.853.550,25
MULTAS DE TRÂNSITO	61,22	887,03
Multas Arrecadadas - EMDURB	0,00	0,00
Multas Arrecadadas - Secretaria Fazenda	0,00	0,00

Multas Arrecadadas - Licenc. Eletrônico	61,22	887,03
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		
(+) OUTRAS RECEITAS	61,22	887,03
(=) RECEITA BRUTA	52.801.572,61	49.854.437,28
IMPOSTOS	-642.300,56	-532.294,41
PIS s/ Faturamento	-114.572,53	-94.949,80
COFINS s/ Faturamento	-527.728,03	-437.344,61
DESCONTOS E ABATIMENTOS CONCEDIDOS	-2.700,00	0,00
Descontos Incondicionais Concedidos	-2.700,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-645.000,56	-532.294,41
(=) RECEITA LÍQUIDA	52.156.572,05	49.322.142,87
(=) LUCRO BRUTO	52.156.572,05	49.322.142,87
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	1.374.437,89	656.956,05
RECEITAS FINANCEIRAS	27.430,00	140.509,74
RECEITAS COM ATUAL. MONETARIAS	1.299.723,15	447.029,89
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	156.580,48	109.173,72
DESPESAS FINANCEIRAS	-109.295,74	-39.757,30
DESPESAS OPERACIONAIS	-50.050.759,71	-46.897.992,69
DESPESAS TRABALHISTAS	-22.770.039,25	-20.922.496,95
ENCARGOS SOCIAIS	-9.399.707,62	-9.083.596,20
DESPESAS GERAIS	-17.833.562,58	-16.842.780,48
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-47.450,26	-49.119,06
OUTRAS DESPESAS	-7.529.370,43	-7.699.847,22
DESPESAS INDEDUTÍVEIS	-56.929,30	-494,48
VARIAÇÃO MONETÁRIA PASSIVA	-669.866,73	-1.559.356,99
PROVISÃO PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-5.662.318,01	-5.336.553,89
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	-1.140.256,39	-803.441,86
PERDAS POR DESVALORIZAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
(-) DESPESAS	-56.205.692,25	-53.940.883,86
(=) LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	-4.049.120,20	-4.618.740,99
(+) OUTRAS RECEITAS	53.087,69	338.553,49
RECEITAS EVENTUAIS	53.087,69	338.553,49
(=) LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL	-3.996.032,51	-4.280.187,50
(-) CSLL DO PERÍODO	0,00	0,00
(=) LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IRPJ	-3.996.032,51	-4.280.187,50
(-) IRPJ DO PERÍODO	0,00	0,00
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	-3.996.032,51	-4.280.187,50
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-3.996.032,51	-4.280.187,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	Capital Estatutário	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro ou Prejuízo Acumulados	Lucro ou Prejuízo do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	17.636.962,48	26.306.621,62	35.138.288,33	32.519,44	8.772.776,33
Ajustes de exercícios anteriores					0,00
Retificação de erros de exerc. Anteriores	-	-	4.778,75	-	4.778,75
Transferência Para Prejuízos Acumulados					0,00
Com lucros e reservas	-	-	-32.519,44	32.519,44	0,00
Com ajustes de exercícios anteriores					0,00
Aporte de Capital	2.309.845,16			-	2.309.845,16
Ajustes de Avaliação Patrimonial		7.188,75			7.188,75
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Realização)		-1.655.232,00	1.655.232,00		0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-			0,00
Resultado do Exercício	-	-	-	4.280.187,50	-4.280.187,50

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	19.946.807,64	24.658.578,37	- 33.510.797,02	- 4.280.187,50	6.814.401,49
Ajustes de exercícios anteriores					0,00
Retificação de erros de exerc. Anteriores	-	-	-	-	0,00
Transferência Para Prejuízos Acumulados					0,00
Com lucros e reservas	-	-	- 4.280.187,50	4.280.187,50	0,00
Com ajustes de exercícios anteriores					0,00
Aporte de Capital	2.009.993,38			-	2.009.993,38
Ajustes de Avaliação Patrimonial		- 46,08			- 46,08
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Realização)		- 717.778,76	717.778,76		0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-		-	0,00
Resultado do Exercício	-	-	-	3.996.032,51	- 3.996.032,51
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	21.956.801,02	23.940.753,53	37.073.205,76	3.996.032,51	4.828.316,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	EM R\$ centavos	
	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-3.996.032,51	-4.280.187,50
Depreciações e amortizações	1.067.307,77	2.013.467,70
Constituição Reservas para Contingências	837.031,25	353.170,18
Variação com ajustes de avaliação patrimonial	- 46,08	- 7.188,75
Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	- 717.778,76	- 1.655.232,00
Ajustes de Exercícios anteriores	0,00	4.778,75
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	-2.809.518,33	-3.571.191,62
(Aumento) redução de ativos:		
- Clientes	1.561.019,50	- 2.257.297,31
- Estoques	- 230.044,13	67.151,60
- Valores a recuperar	20.702,03	- 249.711,09
- Créditos de funcionários	- 7.898,86	- 51.585,88
- Despesas antecipadas	826,07	- 1.215,00
- Adto. A fornecedores	- 24.045,00	0,00
- Outras contas a receber não circulares	651.768,81	747.426,16
- Depósitos Judiciais - Não circulares	1.274,88	- 31.946,53
Aumento (redução) de passivos:		
- Fornecedores	- 1.386.066,17	222.524,55
- Outras obrigações circulares	- 4.929,17	5.076,42
- Receitas a apropriar - circulante	0,48	- 0,24
- Encargos sociais a pagar	653.121,29	298.574,91
- Provisão para férias e encargos	172.620,06	256.895,90
- Obrigações tributárias	- 11.875,62	- 64.753,77
- Obrigações tributárias - parcelamentos	47.095,56	38.862,84
- Outras contas a pagar	- 15.539,05	521.040,44
- Receitas a apropriar - não circulante	- 349.735,44	- 349.734,28
- Parcelamentos não circulares	- 1.533.392,43	- 3.127.625,81
- Outras obrigações não circulares	416,83	371,76
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-3.264.198,69	-7.547.136,95
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
- Integralização da Reserva de Capital no Capital	2.009.993,38	2.309.845,16
- Variação no ativo imobilizado	- 57.478,50	- 58.052,34
- Estorno depreciação bens não avaliados	0,00	- 20.873,04
- Ajuste de avaliação patrimonial	46,08	7.188,75
- Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	717.778,76	1.655.232,00
- Aquisição de ativo intangível	0,00	0,00
Caixa consumido nas atividades de investimentos	2.670.339,72	3.893.340,53

FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Integralização da Reserva de Capital no Capital

Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento

ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES

Saldo de caixa e equivalente no final do exercício	343.855,16	937.714,13
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	937.714,13	4.591.510,55
DECRÉSCIMO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	-593.858,97	-3.653.796,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - Em R\$ (reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, instituída pela Lei 2.166 de 25/09/1979, cujo controle financeiro interno é exercido pelo Poder Executivo Municipal, tem como objeto social, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 3.570 de 02/03/1993, que reestruturou a EMDURB, e suas alterações posteriores:

- “Art. 2º - São objetivos da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB:
- II – revogado; (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)
 - III - supervisorar, gerenciar e executar a política de limpeza pública, destinação e tratamento do lixo;
 - IV – revogado; (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)
 - V - promover e administrar o serviço funerário assistencial e gerenciar e administrar os cemitérios municipais;
 - VI – revogado; (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)
 - VII- revogado; (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)
 - VIII - gerenciar o terminal rodoviário municipal e Aeroporto de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros, podendo,

para tanto, exercer todos os Poderes Administrativos inerentes a esta atividade; (inciso acrescido pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)”

No Parágrafo Único desse mesmo artigo 2º, determina que no cumprimento de seus objetivos a EMDURB seguirá as diretrizes e metas fixadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Bauru e em atos normativos a ele equivalentes.

Para gerenciar seus controles internos e administrar as receitas decorrentes de sua atividade, a Empresa utiliza-se de um software de gestão parcialmente integrado à contabilidade, existindo ainda aperfeiçoamentos técnicos em andamento e relatórios fiscais a implantar, que irão utilizar a extensa base de dados já existente.

NOTA 02 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Empresa tem como prática contábil a uniformidade para a escrituração de suas Despesas e Receitas, que são apropriadas pelo Regime de Competência.

NOTA 04 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Os controles internos existentes são satisfatórios e asseguraram a correta contabilização dos fatos existentes pela gestão da Empresa

a. Bancos Conta Movimento: - O saldo das contas correntes bancárias mantido pela entidade se apresentou em concordância com os extratos bancários fornecidos pelas instituições financeiras:

Disponibilidades	2016	2015
- Bancos Conta Movimento	319.173,72	75.327,93
Total	319.173,72	75.327,93

b. Aplicações Financeiras: - Estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço com base no regime de competência:

Disponibilidades	2016	2015
- Aplicação de Liquidez Imediata	6.225,44	852.684,55
Total	6.225,44	852.684,55

A entidade não possui operações envolvendo instrumentos derivativos, sendo estas aplicações mantidas para suprimento financeiro e orçamentário emergencial. Os saldos principais estão aplicados em renda fixa.

c. Valores a Recuperar: - Estão contabilizados pelo seu valor original, correspondentes a direitos entendidos por sua administração como passíveis de recuperação junto a emittentes de cheques sem provisão de fundos, Impostos a recuperar junto ao Fisco Federal e outros valores a recuperar, já deduzidos da respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), constituída em montantes julgados suficientes pela administração para fazer face a prováveis perdas.

A provisão constituída para este grupo, no valor de R\$ 49.949,97 (Quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos), está incluída na PCLD total de R\$ 1.492.978,28 (Um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), demonstrada no Balanço.

Circulante	2016	2015
- Valores a Recuperar	309.248,77	329.950,80
Total	309.248,77	329.950,80

d. Perdas no Recebimento de Créditos: - A Empresa constitui provisão em reconhecimento à eventual perda de créditos decorrentes de sua atividade. O saldo constituído na data do balanço é de R\$ 336.966,18 (Trezentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos), incluído na PCLD total de R\$ 1.492.978,28 (um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), demonstrada no Balanço.

e. Estoques: - São demonstrados ao custo médio de compra e refere-se a material de uso e consumo próprio, aplicados na manutenção de máquinas, veículos e equipamentos, bem como almoxarifado de materiais de expediente, cujos valores foram devidamente confirmados e conciliados, mediante realização de inventário físico e registro de inventário.

Circulante	2016	2015
- Estoque de Materiais	690.773,92	460.729,79
Total	690.773,92	460.729,79

f. Despesas Antecipadas: - Os pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, estão sendo fracionados em observância à vigência dos contratos.

g. Contas a Receber - PMB: - Foi firmado o Termo de Acordo nº 638/2011, autorizado pela Lei Municipal nº 6.154 de 07 de Dezembro de 2011, que regulamenta o parcelamento de débitos entre a Prefeitura de Bauru e a EMDURB referente a débitos da:

a) EMDURB com o INSS, constituídos de 09/1996 a 06/2001, descontados do FPM da PMB de 2001 até Setembro/2011, atualizados até Outubro/2011 em R\$ 8.338.179,42 (oito milhões, trezentos e trinta e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos);

b) Prefeitura Municipal de Bauru com a EMDURB, relativo ao Processo Judicial nº 3.623/2006 que gerou o Precatório Judicial – Processo EP 1677/11, originado de receitas com multas de trânsito arrecadadas durante o período de 2001 a 2004 em conta corrente da Prefeitura Municipal de Bauru, atualizados até Outubro/2011 no valor de R\$ 8.111.974,61 (oito milhões, cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos); com pagamentos previstos para serem realizados pelas partes, entre si, pelo período de 15 (quinze) anos, com parcelas iniciais de:- a) R\$ 46.323,22 (quarenta e seis mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos) - (EMDURB X PMB);e; b) R\$ 45.066,53 (quarenta e cinco mil, sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos) - (PMB X EMDURB); atualizadas anualmente pelo IPCA. O valor total do débito da Prefeitura com a EMDURB foi inscrito em balanço e atualizado até Dezembro/2011 no valor de R\$ 8.122.239,33 (Oito milhões, cento e vinte e dois mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta e três centavos) pela Tabela TJ/SP para correção de precatórios, segregado em circulante e não circulante. As parcelas provenientes deste acordo começaram a ser recebidas em Dezembro/2012 já com a atualização do montante do parcelamento pelo IPCA acumulado no período de Janeiro/2012 a Dezembro/2012 em R\$ 8.521.357,65 (oito milhões, quinhentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Valor segregado no circulante R\$ 754.470,84 (Setecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos)

Ativo Não Circulante		
Contas a Receber - PMB	2016	2015
- Proc. PMB nº 38.546/06 T. A. Nº 638 de 2011	1.901.498,87	2.093.247,59
- Proc. PMB nº T. A. Nº 638/2011 - atualização	3.471.203,97	3.931.224,06
Total	5.372.702,84	6.024.471,65

h. Imobilizado de Uso: - Demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzido da depreciação mensal acumulada, calculada pelo método linear, de acordo com a legislação societária, com base na vida útil econômica dos bens, conforme laudo.

Imobilizado	2016	2015
- Edifícios	13.677.679,07	11.543.768,54
- Móveis e Utensílios	295.723,67	293.530,67
- Máquinas e Equipamentos	1.994.758,85	1.833.531,42
- Ferramentas	57.172,69	57.172,69
- Veículos	8.044.811,54	5.164.436,22
- Equipamentos de Informática	811.435,73	784.890,73

Imobilizado	2016	2015
- Instalações	210.713,22	210.713,22
- Direito de Uso de Linha Telefônica	6.112,87	6.112,87
(-) Prov. Perdas Desvaloriz. - Máq. Equip.	(27.881,59)	(27.881,59)
(-) Prov. Perdas Desvaloriz. - Veículos	(44.966,67)	(44.966,67)
- Terrenos	21.882.240,12	21.882.240,12
Soma	46.980.647,76	41.703.548,22
(-) Depreciação Acumulada .	(11.325.328,21)	(5.046.686,16)
Subtotal	35.655.319,55	36.656.862,06
Intangível	Em 31/12/2016	Em 31/12/2015
- Software	342.376,04	342.376,04
(-) Amortização Acumulada	(325.361,68)	(317.028,84)
Subtotal	17.014,36	25.347,20
Total	35.655.319,55	36.631.514,86

h.1 A Lei Municipal nº 6.484 de 20 de dezembro de 2013 revogou a Lei Municipal nº 6.234 de 06 de Julho de 2012 que autorizava a doação pela Prefeitura Municipal de Bauru do terreno onde está edificado o Terminal Rodoviário à EMDURB e autorizou ao poder executivo a integralização do bem ao Capital Social da EMDURB, conforme já era previsto na Lei Municipal nº 2.166 de 25 de Setembro de 1979. Considerando o princípio contábil da “essência sobre a forma”, embora ainda não haja a transferência do Imóvel com a lavratura da escritura em cartório, o lançamento contábil desta integralização ao Capital Social foi autorizado pela Diretoria Executiva da EMDURB no exercício de 2013.

h.2 No exercício de 2015, a EMDURB não conseguiu realizar o Teste de Impairment (teste de recuperabilidade) sobre os ativos da empresa, que deve ser anual, visto que em 05/10/2015 foi aberto o Processo nº 7449/2015 com a finalidade de contratação via Licitação, modalidade de Pregão Presencial, de serviços especializados de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos, análise contábil dos valores registrados no imobilizado, para cálculos do valor do Impairment e vida útil residual, em conformidade com o disposto nos CPC 01 e 27 de demais normas pertinentes relativas ao ativo imobilizado, bem como acompanhamento e suporte nos registros contábeis e patrimoniais dos serviços executados, porém o mesmo não logrou êxito.

No dia 07/12/2015, foi realizada a primeira sessão do Pregão Presencial nº 19/2015, onde compareceu somente uma empresa. Considerando que o Edital solicitava que para abertura da Licitação houvesse no mínimo 3 licitantes ME ou EPP e, para não gerar prejuízo a competitividade do certame, a sessão foi encerrada e determinada nova abertura subsequente sem o caráter de exclusividade para ME e EPP.

Foi elaborado novo Edital, sem caráter de exclusividade para ME e EPP e, no dia 21/12/2015, foi aberta nova sessão onde compareceram duas empresas. Após a etapa de lances, a primeira colocada teve seus documentos de habilitação analisados e, como estes não atenderam algumas cláusulas do Edital, a mesma foi desclassificada. Houve negociação com a segunda colocada, onde foi constatado que o seu preço era maior que a média orçada pela Administração, sendo sua proposta desclassificada. Desta forma, o certame foi encerrado sem a aquisição do objeto.

Em 28/12/2015, a Gerência de Licitações encaminhou à Gerência Financeira o Processo 7449/2015 para ciência e emissão de nova Requisição de Materiais e Serviços – RMS e tendo em vista que não havia tempo hábil, o novo processo licitatório foi programado para o exercício de 2016.

h.3 No exercício de 2016, devido a problemas na execução do contrato 0017/2016 – Processo nº 2543/2016, novamente, não foi possível a realização do teste de recuperabilidade dos bens.

i. Passivo Circulante:- Estão registrados pelos valores históricos contraídos, vencíveis no Circulante e estão reconhecidos os efeitos da atualização monetária e demais gravames inerentes aos débitos, quando aplicáveis, de forma que representam o valor real da dívida da Empresa em função das provisões de juros e multas.

Circulante	2016	2015
-Fornecedores	2.208.244,40	3.594.310,57
- Salários e Ordenados a Pagar	18.832,95	4.559,98
- Encargos Sociais a Pagar e parcelamentos	3.623.919,68	2.970.798,39
- Obrigações Tributárias	722.456,81	687.236,87
- Provisão para Férias.	3.711.886,17	3.539.266,11
- Gratificações a Pagar.	11.448,80	10.251,88
- Contas a Pagar.	1.731.423,72	1.762.432,66
- Provisão para Contingências	6.927.086,78	6.090.055,53
- Receitas a Apropriar	349.734,96	349.734,48
- Valores em Garantia	997,25	5.926,42
Total	19.306.031,52	19.014.572,89

j. Encargos sociais:-Estão registrados os valores a recolher referente aos Encargos Sociais do INSS e FGTS, Imposto de Renda Retido em folha de pagamento e Contribuição Sindical vencíveis no circulante.

Encargos Sociais a pagar	2016	2015
- INSS – Empresa	657.490,76	591.089,80
- INSS – Segurados	207.095,58	181.072,26
- INSS s/ Autônomos – Parte Empresa	2.464,02	2.206,42
- IRRF s/ Folha	93.963,62	78.132,59
- F.G.T.S.	258.312,95	229.937,19
- Contribuição Sindical	0,00	417,41
Total	1.219.326,93	1.082.855,67

k. Encargos sociais – Parcelamentos:-Estão registrados os valores a recolher referente aos Parcelamentos provenientes de débitos de Encargos Sociais junto ao INSS e FGTS, vencíveis no circulante.

Encargos Sociais - Parcelamentos	2016	2015
- Parc. INSS/FPM – Proc. Nº 17.249/01	2.404.592,75	1.887.942,72
- Parc. FGTS – Proc. Nº 2005006284-2436	0,00	0,00
Total	2.404.592,75	1.887.942,72

l. Impostos Retidos a Recolher:- Estão registrados os impostos a recolher provenientes das retenções sobre nota fiscal de fornecedores e prestadores de serviços, vencíveis no circulante.

Impostos Retidos a Recolher	2016	2015
- IRRF (retido de pessoas físicas)	31,41	31,41
- IRRF (retido de pessoas jurídicas)	1.006,42	2.828,97
- INSS – OS 203/99 – Retenção P. Jurídicas	3.773,38	13.249,14
- INSS – Retenção Pessoa Física	871,20	780,12
- COFINS (retido na fonte)	8.122,08	12.713,84
- CSLL (retido na fonte)	2.707,36	4.237,92
- PIS/PASEP (retido na fonte)	1.759,74	2.754,64
- ISS (retido na fonte)	3.285,72	8.015,26

Impostos Retidos a Recolher	2016	2015
Total	21.557,31	44.611,30

m. Impostos e Contribuições sobre Receitas:- Estão registrados os valores a recolher referentes ao ISS – Imposto sobre Serviços e contribuição para o PIS – Programa de Integração Social sobre o faturamento da empresa, vencíveis no circulante. No exercício de 2015, conforme Ata de Reunião realizada em 27/01/2015, o procedimento para apuração das contribuições para o PIS e para a COFINS passou a desconsiderar os valores dos Recibos dos Serviços realizados para a Prefeitura de Bauru, tendo em vista o entendimento da atual Diretoria de que os valores são isentos destas contribuições nos termos do Inciso I, Artigo 46 da IN SRF nº 247/2002.

Impostos e Contribuições s/ Receitas	2016	2015
- PIS a pagar	15.097,48	13.103,49
- COFINS a pagar	69.539,86	60.355,48
Total	84.637,34	73.458,97

n. Obrigações Tributárias - Parcelamentos:- Estão registrados os valores a recolher referentes a parcelamentos junto a Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, vencíveis no circulante. O pagamento das prestações do ParcelamentoRFB – Art. 1º Déb. Previd. 1233 foi cessado a partir do mês de Outubro/2015, por recomendação da Receita Federal - RFB, conforme comunicado 380/2015 – DRF/BAU/SACAT por serem julgados indevidos. Foram realizados os pedidos de restituição dos valores já pagos e o saldo deste parcelamento no passivo circulante foi transferido para o não circulante, estando no aguardo da baixa da dívida junto ao Sistema da RFB.

Obrigações tributárias – Parcelamentos	2016	2015
Parc. PGFN – Art. 3º Déb. Previd. 1165	449.165,28	414.839,40
Parc. RFB – Art. 1º Déb. Previd. 1240	167.096,88	154.327,20
Total	616.262,16	569.166,60

o. Receitas a Apropriar:- registra o montante Diferido da atualização do crédito junto a Prefeitura de Bauru, descrito no item 04 g, e que começou a ser apropriado conforme recebimento das parcelas em Dezembro 2012, vencíveis no circulante.

Receitas a Apropriar	2016	2015
- Proc. PMB nº 38.546/06 Termo de Acordo nº 638/2011	349.734,96	349.734,48

O valor total do montante a Diferir em Dezembro de 2012 registrado no Balanço é de R\$ 5.216.876,88 (Cinco milhões, duzentos e dezesseis mil, oitocentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos) segregado em circulante e não circulante.

p. Contas a Pagar:- registra demais obrigações da entidade, vencíveis no circulante.

Descrição	2016	2015
Coopendurb	60.289,12	70.069,57
Aluguéis	4.942,83	4.659,30
Pensão Alimentícia	33.139,82	28.097,55
Sindicato Servidor Municipal	3.909,49	3.421,77
Seguro dos Funcionários	665,30	678,39
Associação Servidores Públicos	4.509,24	3.852,74
Empréstimo consignado funcionários	155.487,24	130.172,79
Honorários de Sucumbência	0,00	3.066,68
Receitas de Multas PMB – Boletos	202.044,00	115.428,64
Receitas de Multas PMB – Sec. da Fazenda	0,00	0,00
Proc. PMB nº 38.546/06 Termo de Acordo nº 638/2011	826.151,04	1.134.529,79
Parc. - DAE Proc 1611/10	328.061,98	268.767,24
Sindicato dos Trab. Em Transp. – SINDTRAN	146,29	0,00
Assistência Odontológica – Funcionários	(375,00)	(311,80)
Proc. DAE – TA 15/2016 (Proc. 1111/2015)	58.287,37	0,00
Proc. CETESB/PMB – AI 07003877	54.165,00	0,00
Total	1.731.423,72	1.762.432,66

Conforme mencionado no item 04 g, o valor do débito daEMDURB com o INSS, constituído de 09/1996 a 06/2001, descontado do FPM da PMB de 2001 até Outubro de 2011 foi parcelado conforme respectivo Termo de Acordo, sendo transferido da rubrica INSS/PMB – FPM Processo 17.249/01 para a rubrica de Não circulante - Parcelamento Processo PMB nº 38.546/2006 - Termo de Acordo nº 638/2011, o montante de R\$ 8.462.191,74 (Oito milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e um reais e setenta e quatro centavos).

Com advento da Lei Municipal nº 6.450 de 05 de dezembro de 2013, a movimentação na rubrica INSS/PMB – FPM Processo 17.249/01 correspondente às retenções dos meses de Outubro/2011 a Dezembro/2013 no valor de R\$ 4.314.568,58 (quatro milhões, trezentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), foram convertidos em aporte ao capital social da EMDURB no ano de 2013. No mesmo sentido, as movimentações lançadas no exercício de 2016 na referida rubrica no valor de R\$ 2.009.993,38 (dois milhões, nove mil, novecentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos), também foram transferidas para o capital social da empresa, conforme advento da citada lei.

Por motivo da não conclusão do convênio entre Prefeitura e os Bancos que recebem as multas de trânsito, as rubricas Receitas de Multas Boleto e Licenciamento Eletrônico continuam a registrar os valores das multas creditados em conta corrente da EMDURB, sendo estes valores repassados mensalmente à Prefeitura.

NOTA 05 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Parcelamentos	2016	2015
Parcelamento DAE	619.677,46	846.861,96
Parc INSS/PMB – FPM Processo 17.249	4.883.088,38	7.422.852,53
Parc FGTS	485.963,81	472.110,72
Parc. PGFN – Art. 3º Déb. Previd. 1165	3.092.044,06	3.276.143,35
Parc. RFB – Art. 1º Déb. Previd. 1233	50.880,17	49.883,55
Parc. RFB – Art. 1º Déb. Previd. 1240	1.116.419,73	1.187.471,75
Parc. Proc. PMB nº 38.546/06 T.A. 638/11	6.390.513,46	6.447.154,70
Proc. DAE – TA 15/2016 (Proc 1111/2015)	1.530.499,06	0,00
Total	18.169.086,13	19.702.478,56

q. Parcelamento DAE:-A Empresa escriturou no ano de 2002 dívida no valor de R\$ 721.652,65 (setecentos e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), junto ao Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE) - Processos nº. 12.313/00 e 3202/01; a partir do ano de 2003 interrompeu os pagamentos acordados e atualizou o montante devido até 31/12/2009. Em janeiro de 2010 foi firmado novo Termo de Acordo Administrativo com o DAE e restabelecidos os pagamentos das prestações a partir de Fevereiro de 2010.

Parcelamento de Dívidas	2016	2015
- Departamento de Água e Esgoto	619.677,46	846.861,96

Constam em aberto na rubrica Fornecedores, valores passíveis de negociação e inclusão em parcelamento, referentes as contas de serviço de água e esgoto com o DAE do período de Janeiro de 2003 a Novembro de 2008 no valor de R\$ 1.597.872,89 (Um milhão, quinhentos e noventa e sete mil, oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e nove centavos), cujos juros e atualização monetária foram calculados com base no IPCA, conforme recomendação do credor e estão registrados em rubrica específica, no Passivo Circulante, saldo atualizado até 31/12/2015 de R\$ 1.159.985,07 (um milhão, cento e cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sete centavos). Para efetuar a regularização destes

débitos, foi aberto o Processo PMB nº 114/2015 que contempla minuta para novo Acordo de parcelamento, estando este expediente em trâmite junto a Câmara Municipal de Bauru.

r. Parcelamento INSS/FPM:- A reedição da Medida Provisória 2187-12 de 27/07/2001 possibilitou a EMDURB, através do Poder Executivo Municipal, o pedido de amortização de sua dívida junto ao INSS, mediante pedido de exclusão do Programa de Recuperação Fiscal das Empresas – **REFIS** - assinado em 24/03/2000. O pedido de amortização da dívida está fundamentado no “Termo de Amortização de Dívida Fiscal junto ao INSS”, assinado na época pelo Sr. Prefeito Municipal – Nilson Costa -, no qual a dívida existente da EMDURB, referente as competências de 05/1996 a 06/2001 não pagas, seja amortizada através da retenção de 4% do Fundo de Participação do Município – FPM. Do total da dívida negociada pelo Município, o valor de R\$ 11.407.022,30 (onze milhões, quatrocentos e sete mil, vinte e dois reais e trinta centavos), corresponde a dívida da EMDURB junto ao INSS, e foi regularizada contabilmente em 31/12/2003, mediante planilha, a qual sua preparação teve a orientação da Secretaria de Finanças do Município de Bauru. Tendo em vista a Lei 11.941/09, a empresa obteve redução nos juros e atualização monetária sobre o montante da dívida, assim, o saldo total devido junto ao INSS, que era de R\$ 20.988.947,67 (vinte milhões, novecentos e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e sete centavos) passou a R\$ 18.345.211,99 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e onze reais e noventa e nove centavos) em dezembro de 2009. O novo saldo da dívida está contemplado no Ofício DRF/BAU/SACAT nº 1.449/2009, da Secretaria da Receita Federal emitido à Prefeitura Municipal de Bauru, datado de 30 de dezembro de 2009. A redução deste passivo, no montante de R\$ 2.643.735,68 (dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos) foi registrado no exercício de 2009.

Em 2016, o total das amortizações, através do FPM – Fundo de Participação do Município, foi de R\$ 2.404.592,75 (dois milhões, quatrocentos e quatro mil, quinhentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), conforme já descrito na Nota 04 – letra p.

Parcelamento de Dívidas	2016	2015
- INSS/FPM – Proc. nº. 17.249/01	4.883.088,38	7.422.852,53

s. Parcelamento FGTS:- A Lei nº 5268, de 12 de julho de 2005, autorizou o Poder Executivo Municipal a figurar na qualidade de garantidor, no acordo de parcelamento de dívida para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, celebrado junto à Caixa Econômica Federal. O acordo, evidenciado no “TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E COMPROMISSO DE PAGAMENTO PARA COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – COM OPÇÃO, VINCULAÇÃO E REPASSE, EM GARANTIA, DE QUOTAS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM”, assinado em 19 de setembro de 2005, pelo Prefeito Municipal de Bauru, José Gualberto Tuga Martins Angerami e pelos Srs. Renato Celso BonomoPurini e João Carlos Tascin, respectivamente, Presidente e Diretor Administrativo, possibilitou a EMDURB parcelar a dívida, confessada no valor de R\$ 2.392.188,62 (dois milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos), pelo período de 180 meses onde, primeiramente, deverá ser quitado os débitos que se encontram em fase judicial, seguidos daqueles que se encontram em fase administrativa. Os valores confessados diferem do valor escriturado pela Empresa, motivo pelo qual a entidade buscará informações junto ao Ministério do Trabalho para apuração do real valor da dívida. Conforme extrato fornecido pela Caixa Econômica Federal, com posição na data do balanço, foi atualizado o valor de R\$ 12.891,15 (doze mil, oitocentos e noventa e um reais e quinze centavos) ao saldo do parcelamento. Tendo em vista a informação obtida pelo Setor de Pessoal da EMDURB junto a Caixa Econômica - CEF, de que este parcelamento consta com situação “EM DIA” e, sendo que o vencimento da próxima parcela ocorrerá em 18/11/2018 e que não é possível a emissão de novas guias para pagamento desde 26/05/2015, a EMDURB, por orientação da CEF, interrompeu o pagamento das prestações. O saldo foi transferido para o passivo não circulante.

Parcelamento de Dívidas	2016	2015
- FGTS	485.963,81	472.110,72

NOTA 06 – PROCESSOS JUDICIAIS ECCB

Registram os valores dos créditos não circulantes, transferido em 01/01/2008 do grupo de Receitas (Resultados) de Exercícios Futuros, extinto pela Lei 11.638/07; não houve movimentação na referida rubrica, estando no aguardo de definição de ambas as partes.

Não Circulante	2016	2015
- ECCB – Processo nº. 2136/01	45.756,30	45.756,30

NOTA 07 – RECEITAS A APROPRIAR

Registra o montante diferido da parcela registrada no Passivo Não circulante e da correspondente atualização do crédito junto a Prefeitura de Bauru, conforme descrito no item 04 g, e que começou a ser apropriado conforme recebimento das parcelas em Dezembro/2012.

Receitas a Apropriar	2016	2015
- Proc. PMB 38.546/06 Termo de Acordo 638/2011	3.468.203,00	3.817.938,44

NOTA 08 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Contas	2016	2015
Capital estatutário	21.956.801,02	19.946.807,64
Ajustes de avaliação patrimonial	23.940.753,53	24.658.578,57
Prejuízos acumulados	(37.073.205,76)	(33.510.797,02)
Resultado do exercício	(3.996.032,51)	(4.280.187,50)
TOTAL	4.828.316,28	6.814.401,69

O Patrimônio Líquido da EMDURB está representado pelo valor de seu Capital Social, acrescido dos Lucros e diminuído dos Prejuízos Acumulados, decorrentes da atividade operacional, ao longo dos exercícios, e dos Ajuste de Avaliação Patrimonial e pela aplicação da Lei Municipal nº 6.450 de 05 de dezembro de 2013 que autorizou ao poder executivo a conversão em aporte de capital dos débitos relativos com a Prefeitura Municipal de Bauru, que no exercício em questão foi no valor de R\$ 2.009.993,38 (dois milhões, nove mil, novecentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos), conforme descrito no item “p” da Nota 04.

NOTA 09 – RECEITAS

Receitas	2016	2015
Expediente	40.373,40	30.929,60
Interdições/Demarcação de Solo	4.190.278,54	4.097.277,31
Estacionamento Rotativo	2.428.867,18	2.358.061,40
Transporte Coletivo	2.423.720,11	2.297.131,76
Transportes Especiais	808.347,89	801.665,40
Terminal Rodoviário	2.641.079,96	2.354.166,48
Coleta	24.109.440,05	24.895.489,83
Necrópoles	5.905.268,76	5.276.480,47
Funerária	453.376,92	454.360,48
Gerenciamento do Sistema Viário	9.016.559,26	7.229.003,52
Receitas Aeroportuárias	784.199,32	58.984,00
Receitas Financeiras	27.430,00	140.509,74
Juros e Descontos Obtidos	156.580,48	109.173,72
Receitas com Atualizações	1.299.723,15	447.029,89
Receitas Eventuais	53.087,69	338.553,49
Multas de Trânsito	61,22	887,03

Receitas	2016	2015
(-) Deduções da Receita Bruta	(645.000,56)	(532.294,41)
Total	53.693.393,37	50.357.409,71

NOTA 10 – COBERTURA DE SEGUROS

A empresa possui cobertura de seguros para alguns veículos de sua frota.

NOTA 11 – PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Empresa possui registrado em seu Ativo, crédito no valor de R\$ 1.049.855,13 (Um milhão, quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos) junto à empresa Alexandre Quaggio Transportes Ltda., decorrente da taxa de gerenciamento exercido sobre a câmara de compensação tarifária do transporte coletivo da cidade de Bauru. De acordo com orientação de seu departamento jurídico, através da ação de cobrança em fase de execução – Processo nº 946/2006, o valor do crédito pleiteado é de R\$ 4.599.810,19 (Quatro milhões, quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos e dez reais e dezenove centavos, posição em 12/2006); este montante não foi escriturado contabilmente, tendo em vista a improvável realização do crédito; a administração constituiu provisão em 100% do saldo de R\$ 1.049.855,13 (Um milhão, quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos), o qual está incluso na PCLD total de R\$ 1.492.978,28 (Um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), demonstrada no Balanço.

NOTA 12 – PRECATÓRIO E TERMOS DE ACORDO

A Empresa promoveu ação de cobrança judicial contra a Prefeitura do Município de Bauru, no valor de R\$ 3.698.000,73 (três milhões, seiscentos e noventa e oito mil e setenta e três centavos),correspondentes a multas de trânsito aplicadas no município, arrecadadas por bancos particulares no ano de 2001 a 2004 e depositadas em conta corrente bancária da Prefeitura Municipal de Bauru. Ocorre que por força do convênio de municipalização do trânsito, os valores deveriam ter sido repassados à EMDURB. Ressalta-se que em razão da não observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, dentre estes e da Competência, no registro das autuações aplicadas em decorrência das infrações de trânsito de veículos, não houve qualquer reconhecimento contábil do crédito pleiteado nas devidas competências no período de sua ocorrência devido aos procedimentos de arrecadação das multas de trânsito adotados pela EMDURB. O referido crédito, oriundo do Processo Judicial nº 3.623/2006 que gerou o Precatório Judicial – Processo EP 1677/11, está considerado no montante de R\$ 8.111.974,61 (oito milhões, cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), sendo que será requerido o cancelamento do respectivo precatório e a suspensão do feito até o cumprimento integral do Termo de acordo nº 638/11.

NOTA 13 – TERMO DE ACORDO Nº 638/2011

No exercício de 2011 foi celebrado o Termo de Acordo nº 638/2011, autorizado pela Lei Municipal nº 6.154 de 07 de Dezembro de 2011, que regulamenta o parcelamento de débitos entre a Prefeitura de Bauru e a EMDURB referente a débitos da:

- EMDURB com o INSS, constituídos de 09/1996 a 06/2001, descontados do FPM da PMB de 2001 até Setembro/2011, atualizados até Outubro/2011 em R\$ 8.338.179,42 (oito milhões, trezentos e trinta e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos);

- Prefeitura Municipal de Bauru com a EMDURB, relativo ao Processo Judicial nº 3.623/2006 que gerou o Precatório Judicial – Processo EP 1677/11, originado de receitas com multas de trânsito arrecadadas em conta corrente da Prefeitura Municipal de Bauru, atualizados até Outubro/2011 no valor de R\$ 8.111.974,61 (oito milhões, cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos); com pagamentos previstos para serem realizados pelas partes, entre si, pelo período de 15 (quinze) anos, com parcelas iniciais de:

a) R\$ 46.323,22 (quarenta e seis mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos) - (EMDURB X PMB);e;
b) R\$ 45.066,53 (quarenta e cinco mil, sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos) - (PMB X EMDURB); atualizadas anualmente pelo IPCA. E considerando que em vista do acordo firmado, do valor dos débitos consolidados, do estenso prazo para o cumprimento do que fora acordado, e o fato do comprometimento de várias administrações futuras interferirem para que o presente acordo seja levado a termo tal como firmado, o que implica, por prudência, considerar a possibilidade de sua interrupção, por descumprimento do acordado, por qualquer uma das partes envolvidas, sua Diretoria Executiva a época, autorizou para que fosse feito o imediato registro no Balanço Patrimonial do valor do crédito ora acordado, no montante de R\$ 8.111.974,61 (oito milhões, cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), sendo que deste montante, R\$ 2.876.217,89 (dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil, duzentos e dezessete reais e oitenta e nove centavos), correspondente ao valor principal do crédito, foi apropriado na receita, e o montante de R\$ 5.235.756,72 (cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos), já inclusa a parcela da atualização monetária, a diferir até o término do acordo, registrado no grupo contábil Receitas a apropriar, no Passivo, com a devida segregação em circulante e não circulante, cuja realização observará o efetivo cumprimento do presente acordo, representado pelo recebimento do crédito cumprido por parte da PMB, que teve início em Dezembro/2012.

NOTA 14 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em atendimento à NBC TG 25, do CFC e NPC nº. 22, do IBRACON, a Empresa mantém Provisão, para reconhecimento das contingências existentes, no montante de R\$ 6.090.055,53 (seis milhões, noventa mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), oriundas de processos, assim distribuídos:

- De Natureza Cível, considerado como de Perda Provável para a entidade: R\$ 3.040.182,47 (três milhões, quarenta mil, cento e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos);
- De Natureza Trabalhista, considerado como de Perda Provável para a entidade: R\$ 3.867.017,81 (três milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, dezessete reais e oitenta e um centavos);
- De Natureza Fiscal, considerado como de Perda Provável para a entidade: R\$ 19.886,50 (dezenove mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).

Quanto às dívidas reconhecidas no Passivo Circulante e não Circulante, as mesmas se encontram escrituradas, com base em Termos de Confissão de Dívida assinados e com compromissos de pagamentos formalizados, e que devido à ausência de histórico não se permite segregá-las do montante das ações informadas pelo seu departamento jurídico. As estimativas foram feitas pela administração, com base na orientação de seus assessores jurídicos.

Bauru, 11 de dezembro de 2016.

LÍVIA TAVARES BENETTI

Contadora

CRC/SP268936/O-0

AMAURI CARLOS GADANHIM ROMA

Diretor Administrativo Financeiro

ANTONIO MONDELLI JUNIOR

Presidente da EMDURB

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros da

EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU – EMDURB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes

previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Prejuízo Acumulado

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o Prejuízo Acumulado. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades. Nos exercícios de 2014 e 2015 a empresa também apresentou prejuízo nas suas operações. Tal condição indica que providências devem ser tomadas para reverter a condição de crescentes de prejuízos apurados e que podem levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da empresa.

Teste de recuperabilidade

Conforme nota explicativa nº 04-h2 a empresa não conseguiu realizar o Teste de Impairment (teste de recuperabilidade dos ativos), que é requerido pelas normas contábeis adotadas no Brasil.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU – EMDURB para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram por nós examinadas e emitimos relatório em 18 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Campinas, 09 de fevereiro de 2017.

STAFF - AUDITORIA E ASSESSORIA

CRC2SP023856/O-1

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

CTCRC1SP242826/O-3

Sócio Responsável

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da EMDURB, abaixo assinados, no cumprimento de suas atribuições legais, reuniram-se no dia 23 de Fevereiro de 2017, às 09h30, em sala de reuniões da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano Rural de Bauru, sito à Praça João Paulo II, s/nº, Terminal Rodoviário, com a presença dos membros efetivos: Marcos Henrique Mazziero, Mauro Roberto Ribeiro e Itagiba Dias Santos Filho, com o objetivo de apreciar o RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 da EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU. PARECER DO CONSELHO FISCAL:- Os membros do Conselho Fiscal analisando o relatório de auditoria emitido em 09 de Fevereiro de 2017, resolve, de forma unânime, em face do parágrafo de ênfase nele contido, acompanhar a opinião emitida pelos Senhores Auditores Independentes em relação às Demonstrações financeiras do exercício de 2016.

Bauru, 23 de Fevereiro de 2017.

Marcos Henrique Mazziero

Presidente

Itagiba Dias Santos Filho

Secretário

Mauro Roberto Ribeiro

Membro

CONVOCAÇÃO

A EMDURB – Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano de Bauru, solicita o comparecimento dos candidatos abaixo relacionados, no Setor de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, situado à Praça João Paulo II s/nº – sala 35 do Terminal Rodoviário, das 7:00 às 16:00 horas, para tratar de assunto relacionado à sua admissão, conforme Processo Seletivo já realizado.

PROCESSO SELETIVO 009/2014 (COLETOR DE LIXO)

CRISTIANO THIEME DE SOUZA

RG 45.705.941-2

O NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO ACIMA CITADO NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, ESTARÁ SUJEITO A TOMADA DE MEDIDAS CABÍVEIS.

Bauru, 02 de março de 2017

SETOR DE ENGENHARIA, SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - SESMT

EMDURB

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/17 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇO - PROCESSO Nº 689/17

A Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB torna público e para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇO – Processo nº 689/2017, regime menor preço. Abertura da sessão em **15/03/2017 às 09 horas**, na Praça João Paulo II, s/nº, Terminal Rodoviário, Jd. Santana, Bauru – SP. Sala de Reuniões da EMDURB, quando se dará recebimento e abertura das propostas, referente a eventual **AQUISIÇÃO de areia, argamassa, bloco de concreto, carrinho de pedreiro, carriola de jardinagem, cimento, fechadura, pedras, pedriscos, rejunte, ferro, cal hidratada e colher de pedreiro**, que encontra-se detalhadamente descritos e especificados no ANEXO I do Edital.

O edital está disponível no site: www.emdurb.com.br, licitações e na EMDURB, Praça João Paulo II, s/nº, Terminal Rodoviário, Jd. Santana, Bauru – SP, piso superior, setor de compras, das 8h às 12h e das 13h às 17h, informações sobre o edital no e-mail: martasouza@emdurb.com.br, ou pelo telefone (0xx14) 3233-9040.

Bauru, 02 de março de 2017.

Comissão de Licitação.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS Nº 051709

Processo n.º 22968/16 Pregão Registro de Preços 218/16 PARTICIPE PMB.

Contratante: EMDURB Compromissária: CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Objeto: 15000 L. Oleo diesel.

Valor Total: R\$ 40.020,00

Condição Pagamento: 30 Dias

Assinatura: 16/02/2017

Bauru, 02 março de 2017

Presidente da EMDURB.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS Nº 051714

Processo n.º 8886/16 Pregão presencial 018/16

Contratante: EMDURB Compromissária: JOÃO VALDECIR FERNANDES - ME

Objeto: 50 M.O. manutenção em ar condicionado

Valor Total: R\$ 29.700,00

Condição Pagamento: 10º dia útil do mês

Assinatura: 23/02/2017

Bauru, 02 março de 2017

Presidente da EMDURB.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS Nº 051730

Processo n.º 7852/15 Pregão Registro de Preços 045/15

Contratante: EMDURB Compromissária: VIA VERDE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA - EPP

Objeto: 20LT 18L Tinta para demarcação viária preta.

Valor Total: R\$ 4.240,00

Condição Pagamento: 30 Dias

Assinatura: 23/02/2017

Bauru, 02 março de 2017

Presidente da EMDURB.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS Nº 051731

Processo n.º 7852/15 Pregão Registro de Preços 045/15

Contratante: EMDURB Compromissária: AMPLATEX INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIM. LTDA EPP

Objeto: 150 LT 18L tinta para demarcação viária branca, 90 LT 18L tinta para demarcação viária amarela

Valor Total: R\$44.100,00

Condição Pagamento: 30 Dias

Assinatura: 23/02/2017

Bauru, 02 março de 2017

Presidente da EMDURB.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS Nº 051732

Processo n.º1107/16 Pregão Registro de Preços 006/16

Contratante: EMDURB Compromissária: SERGIO DONIZETE GRIMALDI - ME

Objeto: 900 L leite

Valor Total: R\$ 2.205,00

Condição Pagamento: 10º dia útil do mês

Assinatura: 23/02/2017

Bauru, 02 março de 2017

Presidente da EMDURB.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS Nº 051733

Processo n.º 1107/16 Pregão Registro de Preços 006/16

Contratante: EMDURB Compromissária: SERGIO DONIZETE GRIMALDI - ME

Objeto: 285 L leite

Valor Total: R\$ 698,25

Condição Pagamento: 10º dia útil do mês

Assinatura: 23/02/2017

Bauru, 02 março de 2017

Presidente da EMDURB.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS Nº 051734

Processo n.º1107/16 Pregão Registro de Preços 006/16

Contratante: EMDURB Compromissária: SERGIO DONIZETE GRIMALDI - ME

Objeto: 186 L leite

Valor Total: R\$ 455,70

Condição Pagamento: 10º dia útil do mês

Assinatura: 23/02/2017

Bauru, 02 março de 2017

Presidente da EMDURB.